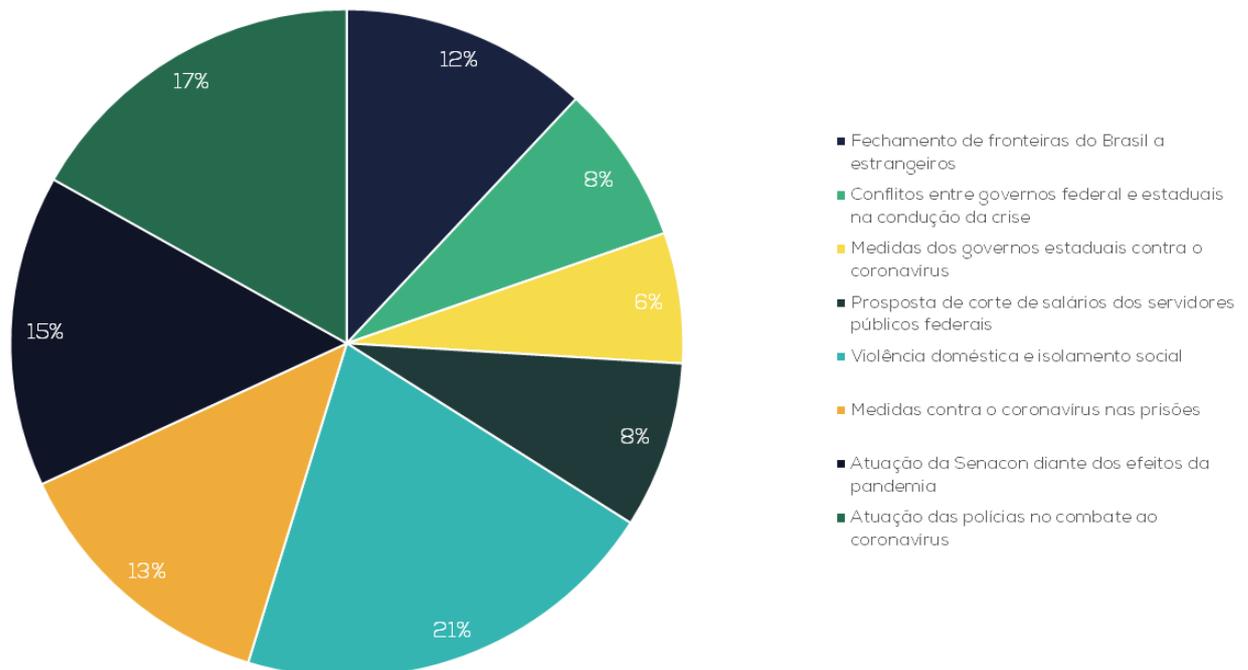


Imprensa destaca riscos de aumento da violência contra a mulher no confinamento

Reportagens também trataram de preocupação com profissionais da área e ações do Ministério da Justiça

Como não poderia deixar de ocorrer nesse momento, a cobertura da imprensa está sendo voltada em sua grande maioria aos impactos provocados pela disseminação do novo coronavírus no país. No caso da Segurança Pública, a situação também não foi diferente na semana que passou, como mostra o levantamento realizado pelo *Fonte Segura*.

Principais assuntos na mídia entre 23/03 e 29/03



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Structural Topic Modelling.

O tema da violência contra as mulheres ocupou 21% da cobertura no período. Alguns veículos de mídia iniciaram um monitorar para avaliar o impacto do confinamento no número de denúncias registradas no período, uma vez que existem evidências de que o número de casos de violência doméstica podem aumentar em período de isolamento social, como têm demonstrado relatórios e reportagens sobre países como China, Itália e Estados Unidos.

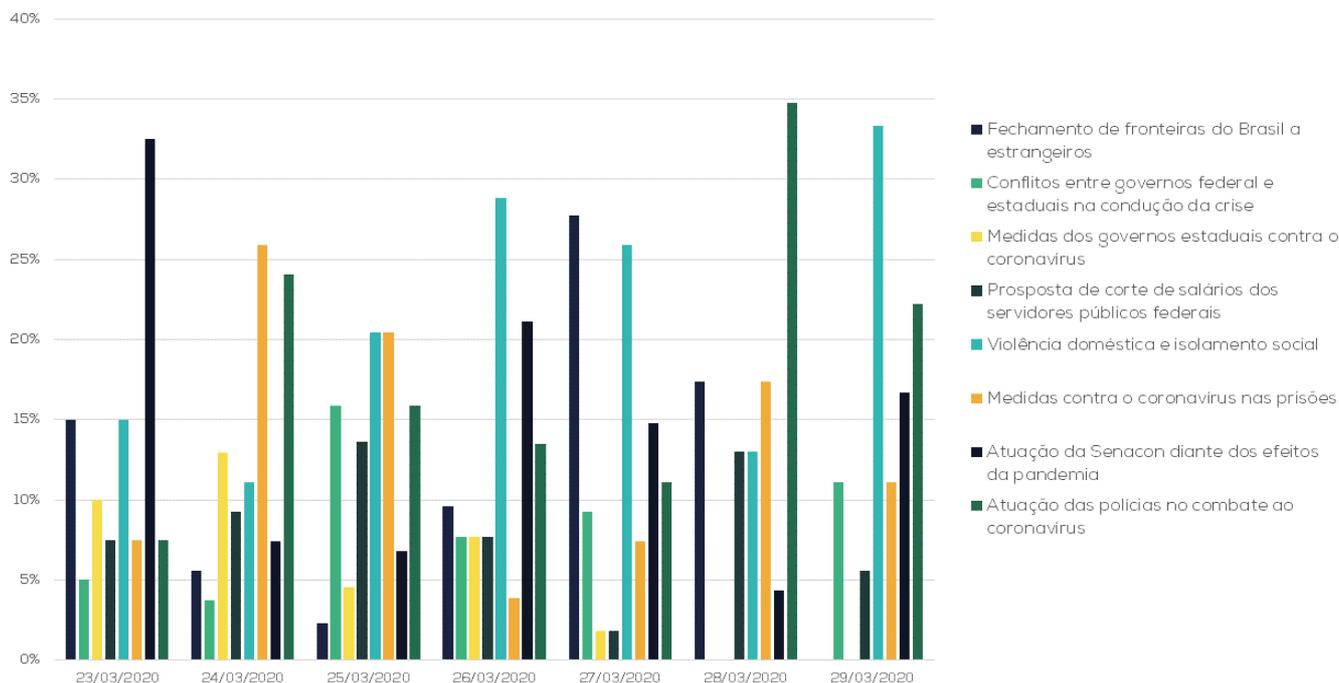
No Brasil, os primeiros dados nesse sentido foram divulgados pelo Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, que apontou um **aumento de 50% nas denúncias** no período de quarentena. O **governo federal também divulgou números** de que o total de denúncias de violência doméstica em seus canais oficiais subiu 9%. Neste sentido, também houve bastante reforço na divulgação de horários e regimes, especiais ou não, de atendimento de serviços de proteção à mulher em vários estados. O tema, que já ocupava espaço significativo no período anterior à pandemia, foi explorado por reportagens que descreviam casos de violência contra as mulheres, principalmente feminicídios.

As ações envolvendo as polícias no combate ao coronavírus no Brasil também ocuparam espaço na mídia. Mas a principal notícia em relação ao tema foi a **divulgação** de que 300 policiais militares do Rio de Janeiro foram afastados das ruas por suspeitas de casos do novo coronavírus. Em alguns estados, foram noticiadas as reclamações de profissionais de segurança em relação à falta de equipamentos de proteção individual para trabalharem no contexto da pandemia.

Outro ponto que ganhou destaque foi a priorização de atendimento aos profissionais da área em campanhas de vacinação contra a gripe e na testagem para COVID-19, como no caso de São Paulo. Também houve destaque para a atuação das polícias no cumprimento das determinações das autoridades sanitárias do país, como na apreensão de máscaras e outros produtos de

interesse vendidos irregularmente em Fortaleza, ou a atuação da PM do Rio no monitoramento e controle de acesso às praias da capital. Este tema alcançou 17% de cobertura da mídia.

Assuntos na mídia, por dia, entre 23/03 e 29/03



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Structural Topic Modelling.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), as ações da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao ministério, foram as ações da pasta que tiveram maior destaque, com 15% do total da cobertura da mídia. As principais medidas anunciadas foram um desconto de 25% para o pagamento de multas administrativas aplicadas pelo órgão a empresas. Com essa iniciativa, a expectativa é que as empresas desistam de recursos administrativos e paguem o valor mais rapidamente, reforçando o caixa para ações de combate ao coronavírus. Além disso, a Senacon emitiu recomendação para que os consumidores evitem pedidos de reembolsos e realizem negociações com instituições de ensino que estão com atividades impedidas por conta do isolamento social. O objetivo é impedir que as contas do segmento sejam inviabilizadas frente ao contexto da pandemia.

As medidas contra a propagação do coronavírus nas prisões foram também tiveram relevância, com 13% da cobertura sobre segurança pública. O principal ponto deste debate diz respeito à recomendação 062/2020, do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), abordada nas duas edições anteriores do *Fonte Segura*, que determina medidas preventivas dos estados para impedir a propagação do coronavírus no sistema prisional brasileiro. A recomendação conta com a oposição do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Segundo o CNJ, ao menos onze estados (Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul, Tocantins, além de Paraná e Rio Grande do Norte) têm comitês que tratam dessas recomendações. Até o momento, presos em grupos de risco, como idosos e portadores de doenças crônicas, e devedores de pensão alimentícia, têm sido beneficiados com medidas de prisão domiciliar ou livramento condicional. No âmbito do Sistema Penitenciário Federal, continuam suspensas as visitas, inclusive de advogados.

Com 12% da cobertura da mídia estiveram as medidas mais restritivas publicadas pelo MJSP em relação à entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade, ou com destino a qualquer país, que tenham restrições de trânsito a pessoas vindas do Brasil. Segundo o MJSP, o objetivo é impedir que estrangeiros fiquem presos em aeroportos brasileiros.

Por fim, os conflitos entre o governo federal e os governos estaduais sobre a forma de conduzir a crise do coronavírus, as medidas dos governos estaduais diante da pandemia, e a tramitação da proposta de corte de salários dos servidores públicos federais durante a crise tiveram menos destaque, com 8%, 6% e 8%, respectivamente.

<https://backup.forumseguranca.org.br/o-que-foi-noticia/template-1-tema-quente-nvemo-b68k9-oinjq-x4bze-fvtd-pz74i-6oimx-6p6tm-skje3-mj9is-f3fhk-mkhhq-ihfx8-8vrhx-ch3sv-cy9c3-2z9hh-3poqr-7dsrm>

